

24 ABR 1990

JUSTIÇA E

NÃO-VIOLÊNCIA

Ano IX - Boletim nº 14 - Editado pelo setor de divulgação do SERPAJ-BRASIL



VI Assembléia Geral
do SERPAJ/AL
11 a 17/02/90
Rio de Janeiro - Brasil

"SERPAJ: POR UMA
CULTURA DA VIDA
À LUZ DO
V CENTENÁRIO"

DICAS DE LEITURA



LIVRO: O Jogo da direita - Caras Novas, Velhas Idéias - René Drieffuss Ed. Vozes.

Analisa os avanços, os recuos e artimanhas da direita brasileira. O autor trata da ação cotidiana das organizações de elite e examina cada uma de suas jogadas, desde o momento em que assumem a condição de "pivôs políticos" até a formação de "eixos" (entre si) e "pontes" (entre as diversas áreas cúmplices, sejam elas de políticos e militares ou empresários urbanos e rurais).

LIVRO: Mahatma Gandhi - Huberto Rohden - Ed. Alvorada

O autor não só coloca Gandhi como libertador da Índia, como também afirma quem com o fenômeno Gandhi, a história da humanidade entrou numa nova fase de evolução cultural. O exemplo e o amor de sua Grande Alma tem neutralizado o ódio de milhões; sua mensagem e sua vida são fermento vivo para nossas lutas.

LIVROS: Clamor do Povo pela Paz - Paulo Evaristo Arns - Ed. Paulinas

O livro nos oferece uma discussão profunda a respeito da paz e nos indica como poderemos participar no processo que assegura a sua garantia. Dom Paulo reafirma que os que deveriam zelar pelo destino das nações estão mais ocupadas em promover a morte e a destruição do que garantir vida plena à população.

LIVRO: Violência Política - Ciro Marcondes Filho - Ed. Moderna

Esse livro nos mostra que esta violência política baseia-se no controle da informação, através dos meios de comunicação impressos e eletrônicos; no consumismo, que reduz tudo à compra, ao uso e ao descarte; no terror, sob a forma de medo dos assaltos, da guerra nuclear, da contaminação dos alimentos, das centrais atômicas, do fechamento político.

EXPEDIENTE

JUSTIÇA E NÃO-VIOLENCIA

Publicação Bimestral
Serviço Nacional Justiça e Não-Violência -
SERPAJ-Brasil

SDS Ed. Venâncio V - sala 318

70302 - Brasília - DF

Telefone para contatos:

(061) 225 3738

SERPAJ-BRASIL

Membro do Serviço Paz e Justiça

na América Latina - SERPAJ - AL

Organismo Consultivo (Status II)

do Conselho Econômico e Social

(ECOSOC) das Nações Unidas;

mantém relações com a

UNESCO (Categoria C).

Coordenação e responsabilidade de

editoração: Setor de Divulgação do

SERPAJ-Brasil (S.D. SERPAJ)

Marcos Antonio Gonçalves e Sílvia Tereza Gonçalves

Endereço para assinaturas e envio de artigos

Rua dos Farrapos, 40 - B. Guarani

55090 - Caxias do Sul - RS

Distribuição Interna

Diagramação: Ademir Lanza de Oliveira

Serviço Gráfico: Empresa Jornalística Pioniro S/A.

Continuamos firmes na luta

No dia 31 de março de 1984, o Brasil entrou num dos momentos mais negros de sua história. Apagaram-se as chamas de liberdade, de democracia e instaurou-se a repressão, a tortura e a morte como formas de "manter a ordem" e a "proteção dos cidadãos". Deposto João Goulart pelo golpe político no Uruguai e, com ele, são obrigados a deixar o país outros milhares de políticos, artistas e pessoas que o novo regime considerava "de grãta" a sociedade.

Com o General Ernesto Geisel, no ano de 1973, "inicia-se" um processo de abertura lenta e gradual, seguida por seu sucessor General João Baptista Figueiredo. O povo vai às ruas durante o governo Figueiredo e grita por eleições diretas. O ano de 1984 é marcado como o ano das diretas, mas o Congresso Nacional abafa o anseio do povo, anula a eleição das diretas. Através do Colégio Eleitoral, disputam a presidência Tancredo Neves, pelo PMDB e Paulo Maluf, pelo PSD. Os congressistas elegem Tancredo Neves, mineiro de São João del Rei - mas, acometido por uma séria doença, não assume e é substituído por seu vice, José Sarney (ex-PSD, integrante do PFL).

Sarney leva como principal incumbência a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que elaborará a nova Carta Magna substituindo a Constituição Militar de 1966. Responsável pelo maior índice de inflação na história do país Sarney cria um estado de ingovernabilidade no país. Os partidos são legalizados e o país passa a ter mais de 40 partidos políticos, das mais diferentes ideologias, desde a extrema esquerda até a extrema direita.

A nova Constituição prevê eleições diretas para 15/11/89. Disputam as eleições 21 candidatos. Desta eleição saem vencedores:

o ex-governador do estado de Alagoas, ex-prefeito de Maceió, grande empresário do ramo das comunicações, Fernando Collor de Mello, que disputou as eleições sob a sigla do PRN, partido criado em torno de seu nome, para sustentar sua candidatura. Collor, que até 1987 era ligado ao PSD, pelo qual se elegeu governador, teve sua campanha financiada por grandes empresários, apesar de negar tal apoio.

o candidato da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B), Luís

Inácio Lula da Silva, nordestino retirante que nos anos 70 organizava os meta-úrgicos de São Bernardo do Campo - SP. De torneiro mecânico, passou a líder sindical, foi candidato ao governo do estado de São Paulo em 1982 (não sendo eleito) e em 1986, elegeu-se com a maior votação do Brasil a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, a qual ajudara a organizar por volta dos anos 73/79.

No segundo turno das eleições, marcado para 17/12/84, aconteceram diversas articulações. Collor não aceitou explicitamente nenhum apoio, mas à sabido de todos, a adesão de todos os partidos de direita a sua campanha (PDS, PFL, PL, PDC, etc).

A esquerda uniu-se em torno da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva e formou-se além da Frente Brasil Popular, o Movimento Lula Presidente (PDT, PSDB, PMDB, PCB, PV, além de centenas de artistas religiosos e intelectuais).

A festa democrática se fez ouvir do fapanço ao Chaf. O povo saiu às ruas para festejar a tão esperada eleição presidencial.

A mídia colocou toda sua energia a favor de Fernando Collor de Mello pois as bandeiras vermelhas da campanha do candidato da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, lhes aumentava ao ponto de encerrarem de mentir a candidatura de esquerda, fortalecendo assim aquela que lhes parecia menos ameaçadora.

Fernando Collor de Mello saiu eleito vencendo Luís Inácio Lula da Silva por uma diferença de 6%. Poderíamos dizer que esta diferença é pequena, considerando os US\$100 milhões gastos na campanha de Collor.

A possibilidade de uma mudança na política brasileira, volta novamente a ser um sonho, só que desta vez este sonho está mais fortalecido. A esquerda saiu fortalecida apesar da derrota.

Nossa luta por mudança, melhores salários, etc, deve fortalecer-se ainda mais. Devemos cobrar do presidente eleito o compromisso assumido no palanque. As promessas do palanque devem ser colocadas em prática. Devemos fazer valer nossas reivindicações, exigir nossos direitos, que a tempo nos foram tirados. Devemos fazer com que o governo collorido melhore a vida do povo que ainda vê o país em preto e branco. Isso só se tornará possível com nossa união e organização.

Músicos pela Paz

NOTA DA REDAÇÃO: recebemos esta carta/artigo do compositor Urbano Medeiros que publicamos a seguir. Ele, residente em Pará de Minas (MG), há muitos anos tem uma ligação com nossa entidade - inclusive, já recebeu a visita de dois representantes do SERPAJ. Ansiedade e Jesus Santos.

Os músicos de Jazza Urbano Medeiros, clarinetista, e Airton de Igaratinga, guitarrista (foto), residentes em Minas Gerais, estão há anos lutando por uma arte engajada na questão dos direitos humanos e da paz. Os dois artistas estão apresentando em colégios, universidades, praças e meios de comunicação, uma "performance" com música instrumental e textos sobre a Não-Violência como forma de luta por um mundo melhor.

O desenvolvimento do espírito do homem só foi possível por que houve homens e mulheres que se atreviram a dizer NÃO a qualquer poder em nome de sua consciência e de sua fé. A liberdade e a capacidade de desobediência são inseparáveis. Qualquer sistema social, político ou religioso que proclame a liberdade mas reprimam a desobediência, não pode ser sincero.

Uma luta constante deve ser feita no nível da consciência dos homens, contra talvez a mais absurda das guerras, porque é contra a inteligência e a lógica: é a guerra ideológica, que não apenas provoca as demais guerras, mas ainda comete o crime de escondê-las e, assim, legitimá-las.

O riso libera o povo do medo. Quem ri do poder é capaz de enfrentá-lo.

A nossa missão é pendurar notas musicais no varal do cotidiano, para que a Paz reine no mundo inteiro" - diz um texto-montagem, usado pela dupla. Os interessados neste trabalho podem entrar em contato pelo telefone (637) 2311332 ou escrevendo para Urbano Medeiros, Cx. Postal 150, 35460 - Pará de Minas - MG.

Urbano Medeiros



"... vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todo o mundo, pois a terra não pertence a ninguém". (J.J. Rousseaus)

II Prêmio Nacional dos Direitos Humanos ano de 1989



O Movimento Nacional dos Direitos irá homenagear, através do Prêmio Nacional dos Direitos Humanos do ano de 89, os perseguidos de nossa sociedade, representados pela deputada Benedita da Silva, Dom Pedro Casaldáliga, Comunidade Indígena Yanomani, Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e a sindicalista Maria Aparecida Pereira.

O exemplo dessas pessoas e entidades nos inspira a continuarmos firmes na luta pela construção de uma sociedade justa e fraterna, onde os Direitos Humanos sejam os parâmetros.

No próximo boletim JUSTIÇA E NÃO-VIOLENCIA, publicaremos um artigo sobre as discussões e encaminhamentos do 8º Encontro Nacional dos Direitos Humanos, cujo tema de reflexão é "os direitos humanos e a construção de uma nova sociedade". O SERPAJ Brasil participará deste encontro como delegado.

Marcos Antonio Gonçalves

Desafios à década de 90

Preocupados com a conjuntura latino-americana e com as significativas mudanças que, principalmente nestas duas últimas décadas, transformaram esta conjuntura latino-americana, os SERPAJs Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, estão realizando nos dias 06 a 09/02/90, em São Paulo, o encontro "OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA". Além destes quatro SERPAJs convocantes, participarão também deste encontro, os outros SERPAJs da América Latina.

Os temas sugeridos para este encontro são os seguintes: 1) Análise e avaliação dos processos democráticos; 2) As forças armadas nos processos democráticos; 3) Condicionamentos econômicos e sociais; 4) Os 500 anos de evangelização na América Latina.

Estes dois anos (1989/1990), marcam a "mudança" política na maioria dos países latino-americanos. Uma das mudanças mais importantes foi a do Chile, onde, depois de um longo período de ditadura militar comandada pelo General Augusto Pinochet, o povo conseguiu pelo voto direto eleger Patricio Aylwin, candidato de uma coligação de vários partidos de esquerda. A sangrenta ditadura de Pinochet, que parecia não ter fim, recebeu um golpe quando, no dia 14 de dezembro de 1989, o povo repetiu o NÃO de 05 de outubro de 1988 ao regime militar.

Os problemas na Argentina parecem ser intermináveis. O peronista Carlos Saul Menem, o qual o povo elegeu no ano passado, trazia como meta principal de seu governo, um combate forte à política financeira. Assumiu seu mandato antecipando sua posse, substituindo o então presidente Alfonsín. Houve o "sonho" de mudanças, mas atualmente, a inflação argentina voltou à casa dos 80% ao mês e ao perigo constante da hiperinflação.

Outro fator importante para os argentinos, foi a luta contra a lei de impunidade, que culminou em duas grandes

marchas: uma em outubro e a outra em dezembro e em cada uma delas participaram mais de 200 mil pessoas. Infelizmente, o presidente Menem não ouviu a reivindicação do povo e concedeu a anistia a vários militares.

No Peru, fortaleceu-se a cada dia a "guerrilha Sendero Luminoso", principalmente nas áreas de plantação da coca (Amazônia/peruana). As eleições presidenciais ocorrem neste ano e o candidato que se destaca é Vargas Llosa (de centro-direita).

Panamá, invadido dia 20/12/89 pelos EUA, luta pela sua auto-determinação. A prisão do ex-homem forte do Panamá, General Manuel Antonio Noriega, foi, segundo os EUA, uma das principais causas para a intervenção. Paralela à prisão do General Noriega, estava a luta pelo combate às drogas, grande preocupação dos EUA (um dos maiores consumidores de droga). Rechaçada por todos os países da América Latina, invasão do Panamá, mais uma vez abriu a possibilidade de uma outra invasão dos EUA em algum outro país da América Latina (principalmente na Nicarágua). Mais uma vez os EUA demonstram o que deseja ser: o "patrão" do grande continente latino-americano, e porque não dizer, do Terceiro Mundo.

Nicarágua terá eleições presidenciais em fevereiro. O atual Presidente, Comandante Daniel Ortega concorre pela reeleição. Representando a UNO (União Nacional Opositora), partidos que se opõem ao sistema e a revolução sandinista, está Violeta Chamorro que tem sua campanha financiada pelos EUA. Nossa solidariedade com Nicarágua deve manifestar-se em fazer valer as eleições e seu resultado, o qual os EUA tenta a muito tempo desmoralizar.

A Colômbia vive diariamente a guerra travada pelo narcotráfico, que marca profundamente o continente latino-americano. Os narcotraficantes, através da violência, dominam grande parte da política do país. O Cartel de



Medellín, o maior do mundo no ramo das drogas, exporta terror, medo e violência.

Em El Salvador, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, ganha força política dia-a-dia, impondo o governo a um diálogo, sendo que, ainda não é muito provável que este venha a acontecer.

Não por último, nesta breve análise, vem o Brasil, um país-continente. A derrota em dezembro/89 das forças de escuridão, concentradas no nome de Luis Inácio Lula da Silva, operário metalúrgico e deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, demonstrou uma vez que a "Empresa de Fabricação de Políticos de DIREITA" está a pleno va-

por. Fernando Collor de Mello, ex-governador do estado de Alagoas e grande empresário (principalmente no ramo das comunicações), venceu a primeira eleição direta no Brasil após 29 anos de um grande jejum democrático. Voltamos, ou melhor, permanecemos assim na política "é dando que se recebe".

O encontro que realizaremos em São Paulo, dia 06 a 09/02/90, quer discutir estes e outros fatores da tão conturbada conjuntura latino-americana, visando principalmente qual tem sido o papel do SERPAJ diante desta conjuntura e abrir pistas para a ação do SERPAJ/AL na próxima década.

Altamir Labes

Não-violência ativa, uma proposta revolucionária

A não-violência deve ser, permanentemente, um organismo ativo de transformação da sociedade, seja nacional e/ou internacional. O SERPAJ-BRASIL, apresenta com bastante liberdade e espontaneidade algumas bandeiras de luta, que merecem estudo aprofundado, por parte dos grupos filiados. A REFORMA AGRÁRIA, o EDUCAR PARA A PAZ e o INTERCÂMBIO LATINO AMERICANO compõem o conjunto de bandeiras de luta a serem mantidas e continuadas, no contexto vivido pelos povos da América Latina, os quais padecem, por se perpetuar a exploração capitalista nos países do 3º mundo, que sem sombras de dúvida objetiva a manutenção da dependência socio-político-econômica e consequente morte, deformando a vida cultural dos povos e nações.

Os três pontos referidos acima demonstram claramente o caráter revolucionário do SERPAJ, o qual é materializado na atuação dos inúmeros comitês, grupos e grupos que, constantemente, denunciam, mobilizam, organizam e propõem mudanças radicais para a sociedade brasileira e latino-americana. E, ainda se estabelece no cotidiano uma luta frontal contra o capitalismo que vem, ao longo do tempo, comprovando sua incapacidade de administrar o trabalho e os meios de produção

com sabedoria e justiça, causando mais miséria, mais violência, enfim, causando a destruição paulatina da pessoa humana.

O SERPAJ, através do acompanhamento/assessoramento aos movimentos populares, seja na cidade ou no campo, apresenta claras propostas de mudanças, inclusive quando há resistência aos ataques da polícia, fuzileiros e outras forças de violência dos Direitos Humanos utilizadas pela classe dominante, atualmente representada pelos governos, latifundiários, empresários, banqueiros, militares, etc.

Os conflitos sociais exigem, na prática, uma resposta revolucionária. Por isso, a Não-Violência Ativa deve manter sua coerência em termos de luta contra a injustiça, mantendo e estimulando a "firmeza permanente" em todos os níveis de engajamento, principalmente quando se tratar de enfrentamento, pois somente sendo firme e enfrentando o opressor é que se alcança a plena liberdade,

para que seja concretizada a plena justiça. Ademais, é fundamental, que seja caracterizada a forma de atuação do SERPAJ-BRASIL e Latino-Americano, ou seja, é premente a formulação de um método revolucionário próprio, devendo-se assumir como instrumento de luta tendo em vista desestruir as lutas de maneira sistematizada.

A conjuntura na América Latina é bastante diversa no que tange aos problemas vividos por cada povo. Mas semelhante quando se trata do problema maior, que é o mal da exploração do capitalismo internacional. É isso faz com que alternativas sejam apresentadas pelo SERPAJ que, atualmente, vem destacando-se como algo novo no contexto mundial, carregando em seu bojo a filosofia de construção e consolidação da PAZ MUNDIAL utilizando meios diversos e distintos das armas e guerras produzidas pelos imperialistas.

A real inserção dos militantes do SERPAJ nas lutas por libertação interna e externa vem

carregada de princípios renovados de participação. Essa constatação vem a partir da própria história de cada militante e/ou grupo que, conforme sua concepção ideológica, filosófica e prática encontra maneiras eficientes e eficazes de manifestação não-violenta. A partir da prática surgem questionamentos importantes, principalmente quando é impellido a pegar em armas para defender seu país e em última circunstância o seu próprio povo. Essa sua di-

létima situação apresenta no seu íntimo um sério desafio ao SERPAJ, que é responder a seguinte pergunta: O SERPAJ deve ou não participar de uma revolução armada? Não há uma resposta consensual, mesmo porque, o tema ainda não foi discutido amplamente e detalhadamente, restando apenas a árdua caminhada rumo a uma posição mais clara e objetiva passando, obviamente, por muitas e exaustivas discussões.

Propõe-se com essa introdu-

ção iniciar uma série de discussões sobre a posição do SERPAJ sobre capitalismo e Socialismo. Devido a isso, através do debate teórico e prático, enfrentando-se os problemas sem esconder as informações e pontos de vistas. Os conflitos não podem ser empurrados para a caminhada, ao contrário, servem para, a partir da luta diária, trazer soluções e propostas a serem executadas.

Luis Franklin de Moura
SerpaJ / Gama - DF



VI Assembléia geral do SERPAJ/América Latina

Durante os dias 11 a 17 de fevereiro de 1990, realiza-se no Rio de Janeiro, a VI Assembléia Geral do Serviço Paz e Justiça na América Latina.

Desde a Conferência de 28 de maio de 1986, em Montevideo, Uruguai, discutiu-se sobre "a não-violência cristã na revolução latino-americana" e vem-se desenvolvendo e organizando a "luta não-violenta no continente".

O primeiro encontro continental aconteceu em Atenas-Costa Rica, nos dias 27 de maio a 31 de junho de 1971. No segundo encontro continental, realizado em Medellín-Colômbia, em fevereiro de 1974, elege-se Adolfo Peres Esquivel como coordenador e a cidade passa a chamar-se Serviço Paz e Justiça.

Com Adolfo Peres Esquivel, preso por causa de sua militância, realiza-se, em fevereiro de 1973, o terceiro encontro continental, em Bogotá-Colômbia. Neste encontro perfilou-se o trabalho por regiões: Sul, Andina e Centro-América.

Em 1980, Adolfo Peres Esquivel recebe o Prêmio Nobel da Paz, como fruto de sua luta em favor dos direitos humanos. O SERPAJ/AL torna-se conhecido mundialmente e fortalece sua luta. Já em fevereiro de 1982, em Riobamba-Ecuador, realiza-se o IV Encontro Continental no qual delimita-se melhor o trabalho do SERPAJ no continente latino-americano, destacando-se a Educação para a Paz, que em 1987 recebe o Prêmio de Educação para a Paz.

No mês de fevereiro de 1988, em Lima-Peru, acontece o V en-

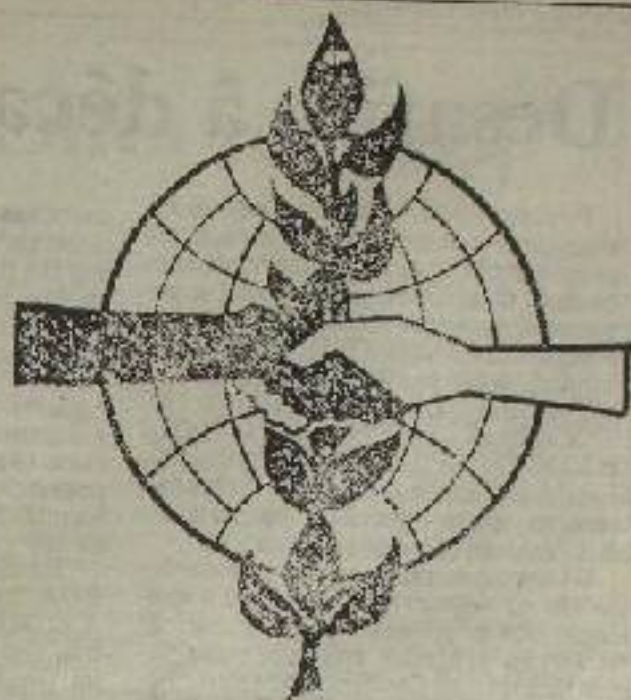
contro continental onde eleg-se a companheira Cruz Rosa Maciel para a coordenação do SERPAJ/AL.

Durante todos estes anos, aconteceram dezenas de encontros e reuniões que buscaram discutir e aprimorar os trabalhos que cada um dos dez secretariados nacionais desenvolvem em seu país.

Atualmente estamos nos preparando para a VI Assembléia Geral, que vem acontecer num momento onde passamos por grandes mudanças no nosso continente. A América é marcada por grandes transformações no campo social e político, que implicam em uma profunda análise, da qual será importante o papel do SERPAJ que assumirá neste processo de transformação.

Participação da Assembléia Geral, dos secretariados nacionais: México, Nicarágua, Panamá, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. O SERPAJ-Europa e o SERPAJ-Paraguai (este último em formação) também assistirão à Assembléia. Ainda teremos a participação de vários outros países que assistirão à Assembléia.

Em julho/89, na reunião anual do Conselho Representativo do SERPAJ-Brasil (representação geográfica, por militância e o Conselho Nacional) escolheram-se os delegados que representarão o SERPAJ-Brasil nesta Assembléia: Altemir Lages (Conselho Nacional), Ricardo Wanden (Regional Sul), Salvador Pires (Escadua São Paulo), Maria de Lourdes Machado Gato (Regional Centro-Oeste), Gerardo Alvarez (Regional Nordeste I, II e III), e Joaquim Lopes Frazee (Regional Norte).



Os delegados do SERPAJ-Brasil, já reuniram-se quatro vezes para analisar propostas e encaminhar sugestões à Assembléia Geral. Uma das contribuições do SERPAJ-Brasil vem a ser o documento: "Considerações Gerais dos delegados do SERPAJ-Brasil para a VI Assembléia Geral, o qual apresentamos a seguir."

Altemir Lages

Considerações Gerais dos delegados do SERPAJ-Brasil para a VI Assembléia Geral

1. Análise da América Latina dentro do contexto mundial.

Pretendemos abordar algumas questões básicas dessa conjuntura, que nos permitam ter uma visão mínima do conjunto para que possamos fazer uma avaliação crítica da história do SERPAJ em nosso continente, aprofundar e determinar qual seu papel na década de 90, a partir da realidade que estamos enfrentando.

Para termos uma melhor análise histórica do processo de colonização e exploração da América Latina, precisamos resgatar a história dos 500 anos que marcaram profundamente nossos povos. De para ser uma idéia da situação imposta em todas as dimensões. Por outro lado, precisamos resgatar também todo processo histórico de resistência dos nossos povos, com sua luta combativa contra as forças opressoras.

A realidade conjuntural da América Latina é consequência direta do processo de dominação imposto ao nosso continente pelo capital transnacional, a partir dos países desenvolvidos, que fidejaram mundialmente o sistema de produção capitalista na sua etapa mais avançada, que é o imperialismo. Ex.: USA, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Japão, etc.

O capital transnacionalizado construiu uma hegemonia mundial, onde rompeu com a barreira das fronteiras geográficas e políticas das nações enquanto estado, para satisfazer a vontade plena dos interesses, enquanto capital.

América Latina, sub-continente, com exceção de Cuba e Nicarágua, está submetido ao sistema de produção capitalista, de forma dependente do capital transnacional, e de todas as formas de exploração por ele impostas. Mais ainda vítima direta da tração e submissão da grande capital de origem na América Latina.

Fronte a essas conjunturas, enquanto estados nacionais, não temos soberania política, menos ainda econômica. Sabemos sim, que o montante do capital gerado e exportado é construído às custas do suor e sangue dos nossos povos.

As grandes decisões sobre a vida e a morte diretamente ligados aos nossos interesses enquanto povos, são determinados fora do nosso continente por quem, nada tem a ver com nossos interesses históricos.

Para compreender nossa conjuntura, precisamos conhecer qual são os grandes traços geopolíticos que estão colocados no cenário mundial a partir da vontade das forças hegemônicas do capitalismo internacional.

É a partir desses traços geopolíticos que iremos compreender qual o papel que o nosso continente assumirá no contexto da divisão internacional do trabalho e quais consequências sofreremos.

O sistema capitalista é alimentado por fortes contradições, que são partes da sua própria existência enquanto um "sistema de produção". Essas contradições vão se acumulando e desmoram em profundas crises como por exemplo as que geraram as duas grandes guerras mundiais.

O maior desafio enfrentado pelo capitalismo internacional foi o seu confronto com o socialismo real, implantado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a partir da Revolução Russa de 1917. Esse confronto se tornou mais contundente depois da Segunda Guerra Mundial, com o processo da Guerra Fria, que ainda permanece.

Para se ter uma idéia o que significa essa dimensão de poder de decisão internacional, as grandes potências reúnem suas capitais em momentos estrategicamente determinados para decidir sobre o destino do resto do mundo. Em 1946, USA, URSS, França e Inglaterra se reuniram em Yalta, cidade russa, para decidir o que fazer com os países derrotados na Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1970, principalmente a partir de 1973, com a crise mundial do petróleo, USA, Alemanha Ocidental e Japão fizeram um grande acordo internacional que ficou conhecido com o nome de TRIPLATERAL. A partir desse tratado determinaram por exemplo, que o Brasil deveria ser transformado no grande celeiro grãos para exportação e determinou também o processo de construção das grandes barragens nos principais rios brasileiros, chegando a Itaipu Binacional Brasil e Paraguai.

A TRIPLATERAL foi a forma encontrada pelo imperialismo para deslocar parte da sua hegemonia, que se concentrava quase que absolutamente em USA. Atualmente não sabemos que o foro máximo de decisão das hegemonias do imperialismo.

Outro ponto de grande contumácia mundial são as grandes mudanças nos países do socialismo real, a partir da Perestroika e da Glasnost do Governo Gorbachev da URSS, um fato histórico que está alterando o contexto das relações internacionais, a exemplo da queda do muro de Berlim com a possível unificação das duas Alemanhas.

A grande questão que está provocando esses momentos do cenário mundial é a proximidade do término dos principais tratados

internacionais assumidos com o fim da Segunda Guerra Mundial. A própria URSS anexou ao seu território vários países do Leste europeu, a exemplo da Alemanha Oriental, Polónia, Tchecoslováquia, etc. Um tratado de guerra não dura para sempre.

Japão, Itália e Alemanha Ocidental estão reconquistando o seu direito de soberania absoluta enquanto povos no contexto mundial, nos próximos dez anos. Isso significa poder construir seus exércitos regulares, entrar na corrida bélica mundial, concorrendo na disputa das tecnologias de "ponta" inclusive para fins bélicos, a informática, a química fina, etc.

Por trás dessas grandes questões mundiais que o imperialismo impôs aos países do Terceiro Mundo, há a dívida externa na ordem de um trilhão, duzentos e quarenta bilhões de dólares (US\$ 240 trilhão), segundo Robert Mugabe, Ex-presidente do Movimento das Nações Não Alinhadas. Somente para América Latina a sua dívida externa está num patamar superior aos 420 bilhões de dólares, 10% do valor da produção de todo continente. O Brasil com uma dívida externa de 120 bilhões de dólares paga de juros e de serviço dessa dívida 14 bilhões de dólares por ano.

Todos conhecemos de perto e sentimos na pele as desastrosas consequências impostas por essa destruidora regra do jogo, que mergulhou nossos povos nessa profunda situação de dependência e miséria absoluta, que está destruindo e assassinando grandes parcelas dos nossos povos pela fome, falta de habitação, saúde, educação, etc.

Os círculos governamentais do nosso continente passam por estratégias geopolíticas determinadas pelos interesses do capitalismo internacional, através das grandes diretrizes internacionais por ele traçadas.

A partir dessas questões é que podemos compreender o atual processo de "redemocratização do nosso continente" e as contradições aí existentes. Do processo argentino ao Panamá, do plebiscito chileno à queda de Somoza no Paraguai, do processo brasileiro que tem um operário disputando com a burguesia o 2º turno das eleições para o Presidente da República, ao processo revolucionário do povo salvadoreño.

Nesse mesmo contexto, constatamos como os USA procuram com suas forças de direita destruir os processos revolucionários da Nicarágua e do Salvador, que resistem com muita firmeza. A luta dos nossos povos contra o círculo das ditaduras em nosso continente conquistou o atual processo de transição para a democracia. Conhecemos os limites desse processo, porém, vemos como importante o fruto, de que onze países realizaram-se ou estão se realizando eleições diretas para Presidente da República. Importa muito esse espaço político para o crescimento da organização dos nossos povos.

A partir desses elementos conjunturais, a serem complementados em nosso texto, é que podemos conhecer formas de atuação na construção de sociedades igualitárias, porque fraternas e solidárias, tendo como ponto mais alto a exploração.

2. História do SERPAJ-AL no contexto latino-americano.

A história do SERPAJ tem seu início na América Latina na década de 60, com uma conferência realizada em Montevideo/Uruguai.

Nessa conferência foi debatido o tema "A Não Violência cristã na revolução latino-americana". Nesse momento, América Latina já se encontrava em avançado processo do último círculo citatorial, como forma de impedir o crescimento da organização dos nossos povos, a exemplo do que aconteceu com a Revolução Cubana em 1959.

A realidade da América Latina naquela época era de democracias instáveis. Em 1964, o Brasil sofre um golpe militar, fortalecendo a instabilidade já existente e desencadeando golpes militares em outros países como Uruguai, Chile, Argentina, enquanto a Bolívia repetiu seus golpes com muita frequência. Foi a complementação do círculo ditatorial do nosso continente, com muita repressão dentro do contexto da "Guerra Fria", desencadeado pelo capitalismo internacional, liderado pelos Estados Unidos da América.

Dentro desse contexto realizou-se em 1971 o 2º Encontro Continental, que orientou o SERPAJ para a atuação em defesa dos direitos humanos e pela democratização de nossos países.

A prisão em 1978 de Adolfo Peres Esquivel, em consequência de sua inextinguível luta pelos direitos humanos e a Argentina, desencadeou uma campanha de solidariedade internacional pela sua libertação. Em 1980 foi homenageado com o Prêmio Nobel da Paz, e este ampliou e fortaleceu a atuação do SERPAJ, junto aos Movimentos Populares, o que lhe tornou importante situação no fortalecimento da solidariedade internacional do povo nicaraguense e seu processo revolucionário.

Através da sua atuação no contexto latino-americano, SERPAJ conquistou importante espaço em foros internacionais e

exemplo da ONU e Tribunal dos Povos, destacando o prêmio que recebeu pelo trabalho comprometido com a Educação para a Paz e promoção dos direitos humanos.

Desde a sua origem, SERPAJ assumiu o compromisso de luta pela libertação dos nossos povos dentro da missão do Não-Violência, o que deve nos orientar na definição das prioridades para a próxima década.

3. Princípios doutrinários do SERPAJ

A trajetória histórica do SERPAJ, na América Latina só foi possível porque embasou e sustentou seus militantes com os princípios doutrinários da Não-Violência.

Dentre esses princípios destacamos:

- a) O amor ao próximo, irmão de nos valores do Evangelho;
- b) A solidariedade entre as fôrças e os povos, nos âmbitos locais, regionais, continentais e mundiais;
- c) A criação dos valores fundamentais do homem, baseadas na verdade e na defesa da justiça;
- d) A defesa da dignidade do homem nas dimensões pessoais e coletiva, na construção de alternativas igualitárias que o permita viver em harmonia no contexto dos povos no plano mundial, pela libertação do homem todo e de todos os homens.

Para atingir esses princípios, a conscientização através da "Educação pela Paz" constitui elemento fundamental enquanto instrumento.

4. O papel do SERPAJ para a próxima década.

O papel do SERPAJ para os próximos anos deve ser definido a partir das questões fundamentais que estão atingindo diretamente os interesses históricos dos nossos povos. A luta dos povos da América Latina tem um caráter anticolonialista.

- a) O processo de democratização em todos os níveis;
- b) O combate ao processo das dívidas internas e externas;
- c) A luta pela Reforma Agrária, numa perspectiva de transformações fundiárias;
- d) Os 500 anos de colonização e exploração imperialista de nosso continente;
- e) A integração latino-americana;
- f) As profundas alterações nas relações internacionais tendo como motivo o término na próxima década dos principais tratados do pós Segunda Guerra Mundial, o que marcará também as relações entre os sistemas de produção, o capitalismo e o socialismo, com suas consequências para os países do Terceiro Mundo;
- g) Suas prioridades enquanto sua ação política;
- h) Fortalecer a organização do SERPAJ com sua atuação no contexto latino-americano, dentro dos Movimentos Populares, na defesa dos nossos interesses históricos;
- i) Ação política a partir das diretrizes básicas acima colocadas;
- j) A formação política a partir da Educação para a Paz;
- k) Participar no contexto 500 anos de colonização e exploração, contra os povos do nosso continente;
- l) A integração latino-americana, tendo como ponto de partida a luta contra toda forma de dominação e desigualdades;
- m) A Não-Violência Ativa enquanto estratégia que nos permite definir metodologia e ao mesmo tempo atitude de vida;
- n) Qual o papel definir para sua próxima equipe coordenadora?

O papel da futura equipe coordenadora do SERPAJ-AL estará sendo definido a partir do grau de compromisso que seus militantes estiverem dispostos a assumir, no contexto da definição de sua atuação a nível continental, nos movimentos populares e foros conquistados como decorrência dessa atuação.

5. Critérios para composição dessa equipe.

- a) Que tenha interesse e vontade política para uma prática democrática de coordenação, priorizando a horizontalização para as tomadas de decisão, sem cair no "Democratismo";
- b) Que assumam a auto-crítica como instrumento que permita localizar os erros e contradições cometidos com o objetivo de superá-los, no plano pessoal e mais ainda no coletivo;
- c) Que se oriente politicamente enquanto coordenador por uma ótica que possa fortalecer o companheirismo.

Elaborado por:
Altemir Lages
Salvador Pires e
Gerardo Alvarez

DÍVIDA EXTERNA

No Brasil, o endividamento externo não é um problema de hoje. Não obstante tenhamos chegado, em 1988, a um montante incompatível com qualquer solução que possa ser negociada diretamente com os bancos credores.

Essa dívida ganhou seu maior ímpeto, para resultar em cerca de 120 bilhões de dólares, a partir de dois fatores: as disponibilidades dos bancos, que chegaram nas décadas dos anos setenta e acumularam reservas incompatíveis com a normalidade de suas aplicações. De oferta de dinheiro abundante, de um lado, - ali vem o segundo fator, - as necessidades de investimentos, por parte do Brasil, deram início a um processo que, nas dimensões e qualificações assumidas, ao invés de propiciar um desenvolvimento industrial e agrícola racional, terminaram em investimentos em áreas não prioritárias, que se estiolaram em obras não reprodutivas - e que, em sua maior parte, causaram danos irreparáveis, com prejuízos incalculáveis, comprometendo, inclusive, a própria ecologia em determinadas regiões do País.

Ao invés de partirmos para uma política realista, no aproveitamento de nosso potencial hídrico, com a construção de médias e pequenas hidrelétricas a alimentar, as primeiras, as zonas de maior concentração industrial, segundo as necessidades correntes, e as segundas a áreas rurais, partimos para obras do porte de uma Itaipu ou de uma Tucuruí, ou para a construção de centrais atômicas, todas elas que, depois de tantos anos, não entraram em operação no mínimo, segundo o seu potencial, ou em nenhuma hipótese, como é o caso das nucleares. Tudo isto sem cortar o impulso das grandes represas, sobre o meio ambiente, ou das próprias nucleares - relativamente ao lixo atômico.

Acrescente-se a isso a construção da transamazônica e das perimetrais - hoje abandonadas, da ponte Rio-Niterói, válida apenas para alimentar pequena parcela da população, ou dos grandes conjuntos industriais, como Carajás ou Açúcar de Minas, os quais ainda obrigam depois de maciços dispêndios em moeda estrangeira.

Essas grandes obras propiciaram, de outro lado, grandes comissões. Apenas para citar um exemplo, a revista alemã "Stern" denunciou o pagamento de 16 milhões de dólares de comissões pela compra das "nucleares". Segundo o jornal "O Estado de São Paulo", Itaipu vendeu, na primeira etapa de sua construção, cerca de dez bilhões de cruzeiros, também, em comissões.

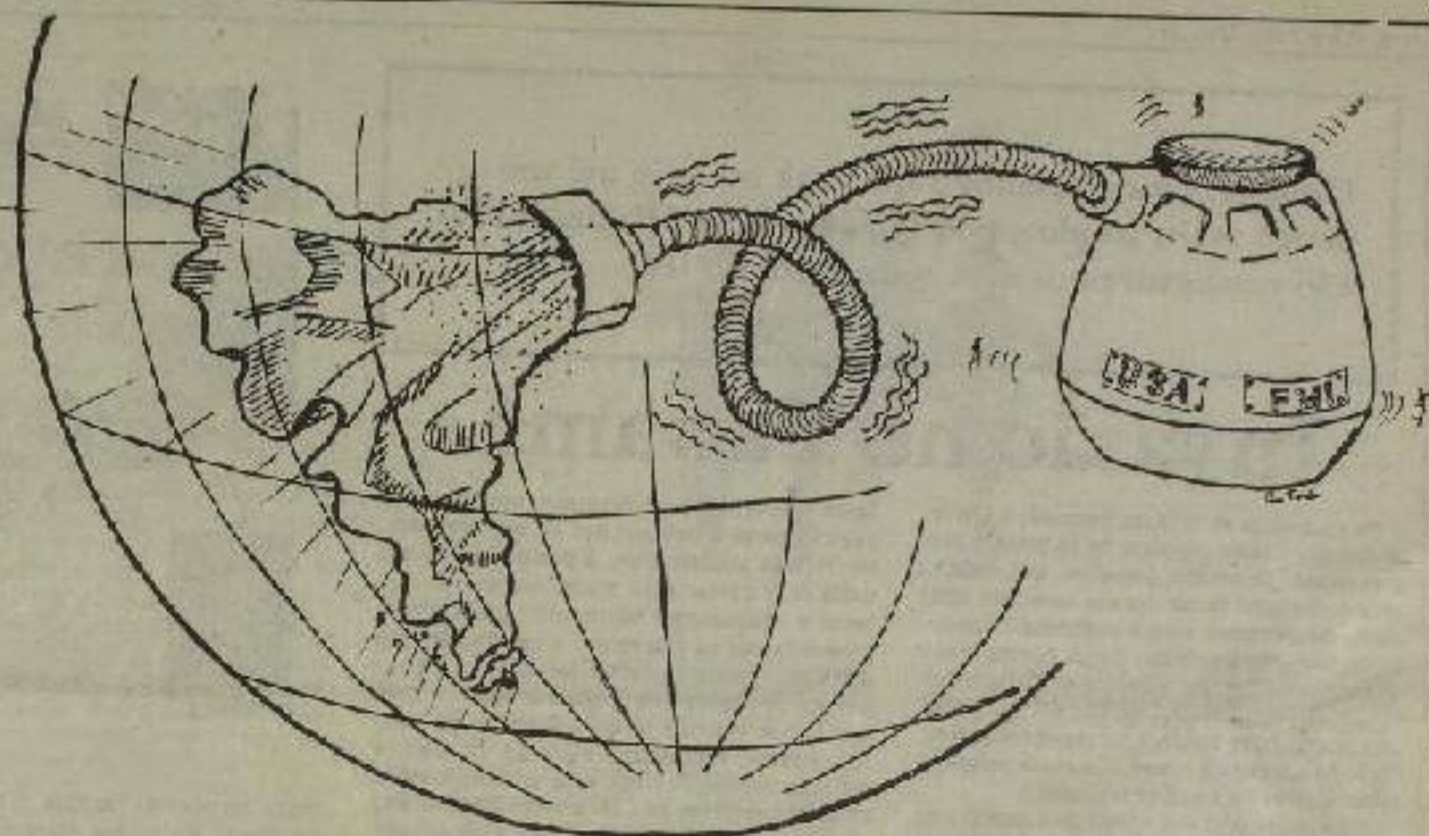
Ora, o endividamento consequente, determinou o o sistema militar, fazendo-o por forma autoritária, através de artifícios facilmente identificáveis, deixando de lado a necessidade e construcional autorização do Congresso Nacional para contratos em moeda estrangeira.

Isto quer dizer, num primeiro aparte, que essa dívida é ilegítima, porque o Governo Brasileiro não poderia recorrer a empréstimos externos sem a devida autorização do Congresso. Num contrato, se uma das partes não é legítima, este não faz lei entre elas e quem empresta mal responde pela própria incúria.

Se, por esse enfoque a dívida é contestável, os termos contratuais são inaceitáveis, até porque atacam contra a soberania nacional quando, por exemplo, estipulam juros flutuantes, segundo as oscilações de mercados. B impõem como garantias próprias nacionais. Não é por outro motivo, pondo-se de lado a maneira pela qual o endividamento ocorreu, que passamos de uma dívida de cerca de 3 bilhões de dólares em 1984, para os atuais 120 bilhões. Pagamos mais e devemos mais.

São fatores que tornam a dívida impagável e por isso impagável, irreversível. Inclusive porque, provavelmente já está paga.

As consequências dessa dívida para o desenvolvimento do País, têm sido desastrosas. Basta dizer que o nosso crescimento econômico está paralizado há cerca de 8 anos. Nesse período a indústria brasileira deixou de crescer e de modernizar-se.



Por outro lado, privilegiando-se uma política de produção, em especial, de produtos primários, para a exportação, diante da necessidade da acumulação de divisas para o pagamento dos serviços da dívida, arruinou-se a agricultura de produção de alimentos, passando-se a um tipo de monocultura que impede o acesso da população ao mínimo necessário às suas necessidades. Quanto à indústria, encontra-se atrelada às congêneres do primeiro mundo, permanecendo numa dependência tecnológica incompatível com metas adequadas aos objetivos nacionais. Esse atraso programado impede maior desenvolvimento e qualquer competição com as congêneres dos países do hemisfério norte.

Acrescente-se que o endividamento externo, que aumenta de forma vegetativa pela natural acreção de seus serviços, é responsável pelo desequilíbrio do "déficit" interno e os "superávits" do balanço comercial, imprescindíveis para o pagamento daqueles serviços, pode ser apontado como um dos fatores determinantes da inflação - chegando hoje à cifra, quase incontrolável, de 30% mensais.

Que fazer?

Evidentemente não a política recessiva recomendada pelo FMI. No Brasil, como na América Latina, a dívida é um instrumento de dominação pelos países do Norte, os quais não estão interessados na sua amortização, mas apenas na sua manutenção, mediante o pagamento sempre crescente dos seus serviços.

(...) Nas obrigações assumidas pelos povos, enquanto Estados, sobrepõe-se a importância das regras éticas, que não podem ser ignoradas ou abandonadas, sob pena de regressos nas relações que devem apontar para uma comunidade de nações em que não existam discriminações baseadas nos seus potenciais econômico-financeiros.

Na medida em que, na mesa de negociações forem sendo postas estas questões, a evidência do absurdo que se pratica contra os

países pobres, mais claro passará a estar, para o povo, o absurdo que vem sendo submetido, exatamente porque foram esquecidos o direito, a moral e a ética, nos negócios de um Estado que se apartou desse mesmo povo e que por isso mesmo não tinha legitimidade para representá-lo e em seu nome atuar. Os países devedores - e principalmente os maiores devedores, como o Brasil, o México e a Argentina - devem unir-se com os governos - não com os banqueiros - dos países credores e reexaminar o problema de maneira global, verificando se, se depois, cada caso de per si, objeto da dívida, sua contratação, garantias, juros, prazos, etc. E, em cada caso, adotar-se uma solução negociada. Temos a certeza de que uma tal audição irá revelar que em muitos casos nada mais há a pagar, reduzindo-se, assim, a dívida às suas proporções reais, para que ela não seja o que hoje representa: uma forma de dominação, ao invés de constituir-se na mola propulsora do progresso como já foi alegado. Aliás, muitos peritos já afirmaram que a dívida já está paga.

Esses três grandes países do ponto de vista da dívida, tem, pelo montante de seus "débitos", uma área considerável de negociação. Se o fizerem, conjuntamente, poder-se-á chegar a níveis razoáveis, permissivos de uma nova e audaz retomada, pelos países devedores, de níveis de desenvolvimento compatíveis com as necessidades sociais de seus povos, que não podem, só eles responsabilizar-se por um absurdo que não fizeram e que não os beneficiou.

Por tudo o que foi dito, chegase a conclusão de que a dívida, por qualquer ângulo que se a vista, não tem fundamentos éticos, pois, sequer, os tem jurídicos, e como a ética não se pode apartar do direito e da moral, seria ilógico concluir-se pela sua ilegalidade ou ilegitimidade, e reconhecer-se que possa ter qualquer qualificação ética.

Helio Breudo

A não-violência não pode ser definida como um método passivo ou inativo. É um movimento bem mais ativo que outros que exigem o uso das armas. A verdade e a não-violência são, talvez, as forças mais ativas de que o mundo dispõe.

Dívida externa e crise educacional

Sabemos que a dívida externa traz consigo uma lista drástica de consequências para a América Latina, principalmente no campo da educação. Uma delas, a mais imediata e evidente, é o crescimento do número da analfabetos. Em nossa América, dados estatísticos demonstram essa triste realidade: em 1980, havia 6% de analfabetos no Uruguai, 6,7% na Argentina, 7% na Costa Rica e 8% no Chile. No Brasil, oito anos depois da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA/88) mostrou que a taxa estava em torno de 19%. Essa deteriorização do padrão de ensino comprava o peso da dívida; aliás, esse é o objetivo da política do FMI - Fundo Monetário Internacional.

Fatá comprovado que 60% dos municípios brasileiros não possuem condições de assumir encargos educacionais e pagam menos que o salário míni-

mo para os professores. Além disso, é precário o estado da maioria das escolas públicas. Instaladas em prédios velhos, inseguros, sem condições de espaço e iluminação, sem recursos didáticos, estas escolas são, frequentemente, mantidas pela própria comunidade que quer garantir aos seus filhos o aprendizado da leitura.

Contudo, cerca de 40% das crianças, além de estudar, também trabalham. A possibilidade de estudar fica distante e difícil. Cai a qualidade da sua vida.

A crise econômica é um dos fatores responsáveis pela deteriorização da qualidade de ensino. Os problemas econômicos têm, como pano de fundo, o problema da dívida externa. Esta a relação mais direta que se pode fazer entre a crise educacional brasileira e a dívida externa.

SD-SERPAU



Unidos, conseguiremos o que está na lei e até um pouco mais; unidos, podemos mudar a lei; desunidos, não conseguiremos nem o que está na lei.

Invasão no Panamá

Na madrugada de 2012, na escuridão da noite, os Estados Unidos pegaram de surpresa o povo panamenho. O mundo despertou assustado, o povo do Panamá ferido em sua soberania e independência e cada panamenho, massacrado pela brutalidade das forças de ocupação e do aparato militar, como descreve o Coronel Terry Jones, porta-voz das Forças Aéreas Norte-americanas sobre o ataque nas zonas dos pobres: "tudo foi reduzido a cinzas, não houve tempo de avisar o povo para que se retirasse".

A ocupação com sua atitude de etnismo e de arrogância, a começar pela ruptura dos inquestionáveis precedentes e das relações internacionais - a invisibilidade e a impunidade diplomática - chegando à brutalidade de invasões das residências e embaixadas e a detenção e coarção de diplomatas.

Enquanto o mundo está sedento de gestos de grandeza e de liberdade, o governo de Bush executa seus planos de guerra de ocupação e de tirania. Com a sistemática agressão ao povo de Nicarágua e a impertinente perturbação aos planos de paz em toda a região centro-americana. Com a presença agressiva através de ajuda financeira, assessoria militar e, mais recentemente, com uma nova estratégia de dominação se faz presente. A guerra de baixa intensidade e a tutela militar volta a ser mais uma vez força de ocupação.

Nos últimos anos, quatro agressões armadas marcaram o comportamento do governo de Washington: em Cuba (1961), na República Dominicana (1965), em Granada (1983), em El Salvador (1989) e agora, em 2012, último somo afetado em nossa integridade de latino-americanos com esta brutal invasão. Em todas as intervenções históricas e atuais, os argumentos variam entre a ameaça comunista, a proteção dos cidadãos norte-americanos e o combate ao narcotráfico.

É verdade que o Panamá nasceu com a marca da dependência com os EUA, atrelado pelo canal, o que deveria ser uma ponte de solidariedade entre as Américas e canal para unir mundos diferentes. Desde que foi desmembrado da Colômbia em 1903, os governos que tiveram uma atitude mais distanciada de Washington foram literalmente derrotados (...).

É curioso que um homem como Noriega, feito a imagem e semelhança dos interesses dos EUA

tenha esta final infeliz. Somente com o apoio do governo norte-americano das Forças Armadas de Noriega modificaram, a partir de 1983, seu modo de funcionamento, modernizaram seu material e equipamento bélico, criaram batalhões especializados na luta contra a insurreição. Em definitivo, foram da tutela dos EUA, o projeto político de Noriega se consolidou como projeto autoritário, violando frequentemente os direitos políticos, econômicos e sociais da maioria dos panamenhos. Noriega sabe demais sobre os planos secretos da CIA e do Pentágono. Foi companheiro de George Bush, trabalhando para a CIA, em 1976-77, donde o atual presidente dos EUA era diretor de espionagem. Noriega é subtitulado por um representante das oligarquias e grupos de poder, e que inaugura seu governo, em uma das bases militares norte-americanas com sede no Panamá.

É possível que a economia norte-americana sobreviva sem o tráfico, o comércio e consumo de drogas? Sem a indústria bélica? Sem o dinheiro que sai de nossos bolsos como pagamento dos interesses da dívida e das matérias-primas que exportamos a um preço inferior que o custo? É difícil compreender os EUA sem esta relação de dependência com nossos países, fora do controle e com distintas modalidades de intervenção. O narcotráfico é um dos vínculos de justificação, um pretexto. Basta ter conhecimento dos documentos de Santa Fé I e II e do Documento da Conferência dos Exércitos Americanos para compreender a estratégia dos EUA para nosso continente.

Em hipótese alguma se justifica a defesa da democracia por meios antidemocráticos. Não se constrói democracia sem a participação popular. Não se consagra nem se inaugura um governo democrático em bases militares estrangeiras. Não se defende os direitos de uma nação com o massacre da população mais pobre (tanto em El Salvador como no Panamá os bairros pobres foram totalmente arrasados). Os planos do governo norte-americano se efetivam de forma sistemática em muitos países do nosso continente. Governos e grupos de poder favorecem e asseguram este tipo de dominação. As ditaduras militares foram geradas na Escola das Américas mantidas pelos EUA, onde se formaram e se treinaram os mais modernos torturadores. Especifica-



mente, no caso do Panamá, a maioria das antigas forças de defesa receberam nas escolas norte-americanas os famosos cursos de Comando e Estado Maior. É um fato largável e vínculo estreito de ambas forças militares. Não aliados que atuam como bons defensores da "causa justa" quando é necessário contam com a participação de invasores diretos denominados de "lutadores da liberdade", que em Nicarágua os conhecemos como "contras" e em Panamá, como "marines" (...).

Enquanto que milhões de latinos reafirmam sua cidadania e soberania popular pelo exercício do voto destruindo os vestígios das ditaduras militares, os EUA como que perdem o sentido de história, arrebatando também a consciência e o respeito dos demais povos e nações. Os povos da América Latina buscam e desejam a paz e a democracia, como justiça. Estamos cansados de 500 anos de agressão, colonização e dominação. A postura norte-americana nos faz retroceder no tempo, nos devolve do novo curso da história que, tanto no Leste Europeu como na América Latina, nos aponta novos caminhos de esperança e de sonhos de liberdade.

Nossa resistência continua é ilimitada.

CONDENAMOS e manifestamos nossa repulsa à invasão do Panamá pelos EUA por ser um ato que agride os direitos fundamentais do povo panamenho, sua soberania, independência e autodeterminação.

DENUNCIAMOS - a hipocrisia dos feitos de guerra, sabotagem, intervenção em nome de "democracia" contra e sobre os interesses do povo do Panamá;

- a oligarquia e grupos de poder reinante no Panamá, que aliados aos invasores colaboraram com essa invasão e se colocam ao seu serviço;

- O massacre indiscriminado na população das

zonas mais pobres da cidade, castigando cruelmente os menos culpados;

- o controle da comunicação e a desinformação como tática de guerra e manipulação dos fatos.

EXIGIMOS, somando nossas vozes ao clamor do povo panamenho a resolução das Nações Unidas e a declaração do Conselho Latino-Americano de Igrejas, contra a intervenção;

- a retirada imediata das Forças Armadas dos EUA do território do Panamá;

- a reparação material, moral e indenização das famílias das vítimas;

- o cumprimento dos acordos sobre o canal.

APELAMOS à consciência e solidariedade internacional a uma ação coordenada.

vigilância e ocupação das embaixadas norte-americanas em toda a América Latina e no mundo, até que as forças de ocupação se retirem do Panamá;

- cartas de protestos aos governos aliados aos EUA que apoiaram a esta invasão ou que se absteram de votar contra a resolução das Nações Unidas;

- participação nas políticas de nossos próprios países a fim de que nossos governos adotem uma política externa de cooperação e de respeito à autodeterminação e soberania entre nações;

- criação de uma rede entre governos da América Latina para a defesa dos interesses dos povos (suspensão conjunta da dívida, defesa de nossa soberania, etc.).

LITAMOS para que haja até 1982, quando se completa 500 anos dos primeiros invasores em nosso continente, seja retirada da América Latina toda a forma de colonialismo e dominação.

Manifesto de Serviço Paz e Justiça na América Latina contra a invasão no Panamá

Guatemala recorda seus mártires

A DEZ ANOS DO MASSACRE NA EMBAIXADA ESPANHOLA, A LUTA CONTINUA

No dia 31 de janeiro completou-se 10 anos do massacre na Embaixada Espanhola, no qual 28 líderes camponeses, estudantes, cristãos, operários e colonos foram queimados vivos pelas forças policiais da Guatemala. No total, foram 39 pessoas assassinadas nessa ocasião pelo regime do General Lucas García. Uma década terrível na história da Guatemala cujos crimes continuam impunes.

Aqueles que tomaram a sangrenta decisão de sacrificar os nossos companheiros na sede diplomática espanhola e que, logo implementaram uma política de "terra arrasada" - com um resultado de mais de 440 aldeias destruídas, de milhares de mortos e desaparecidos, de centenas de milhares de exilados -, são os que continuam decidindo neste país hoje: o exército.

Hoje, a Guatemala vive uma das piores crises social e econômica de sua história. A nível nacional e internacional reclama-se a reinstalação dos Direitos Humanos, devido ao aumento de assassinatos, sequestros e perseguições de camponeses, operários, estudantes e políticos. O país se afunda com a inflação e o desemprego, diante da intransigência dos empresários e a irresponsabilidade do governo. O presidente Cerezo continua negando a necessidade de buscar uma solução política para o conflito interno em que vive o país. O exército continua monopolizando os recursos econômi-

cos e a ajuda internacional. A desprestigiada campanha eleitoral tão somente nos promete mais corrupção e, sobretudo, o continuismo de um regime político que nega o espírito dos Acordos de Esquipulas II e de Tela. O narcotráfico já tem invadido muitos dos setores da vida pública e empresarial do país.

Frente a esta situação de desastre nacional, o movimento popular guatemalteco luta para manter e ampliar os espaços políticos, para salvaguardar a vida de seus membros e líderes, para conquistar um salário mínimo no campo e na cidade, para obter uma melhor distribuição da riqueza nacional, para tornar efetiva a unidade dos setores populares, para assentar as bases numa verdadeira democracia, participando ativamente do Diálogo Nacional, para aprofundar os laços com a solidariedade internacional com nosso povo.

Nós cremos que o dia 31 de janeiro é a oportunidade de poder recordar, a todos os guatemaltecos que tem dado sua vida para obter uma Guatemala mais justa, para efetivar a democracia e a paz em nosso país e na América Latina. Assim mesmo, é a ocasião de respaldar as lutas que cristãos, professores, funcionários públicos a conquistarem seus direitos civis, econômicos e políticos, e a possibilidade de denunciar internacionalmente a falta de vontade política do presidente Cerezo, assim como sua total dependência dos militares.



Os direitos humanos e a construção de uma nova sociedade



A sociedade brasileira vive hoje momentos extremamente difíceis. A crise econômica é cada vez mais grave e atinge sobretudo, como é costume, no nosso país, os mais pobres.

Em 1985, mais da metade da população brasileira era pobre ou miserável: 53 milhões de pessoas eram pobres ganhavam até 1/2 salários mínimos per capita. E 24,5 milhões de pessoas eram miseráveis, isto é, ganhavam até 1/4 do salário mínimo per capita (em uma população total de 135 milhões de pessoas) (nota 1). Das 43 milhões de crianças, 38 milhões eram pobres ou miseráveis. Em 1961, 38% da população consumia menos de 2240 calorias por dia, isto é, era subnutrida. Em 1985, esta proporção tinha subido para 65%, o que significa que dois terços da população (90 milhões de brasileiros) eram subnutridos. O salário mínimo de 1988 equivalia a apenas 45% do valor do salário mínimo de 1940. Em outras palavras, com o salário mínimo de 1988 só se podia comprar 46% do que se comprava em 1940. A concentração da renda no país se intensificou nos últimos 30 anos: 0,1% mais rico da população, que ganhava 11,9% da renda nacional em 1960, passou a ganhar 14,7% em 1970 e 18,9% em 1980, ao passo que os 50% mais pobres - a metade mais pobre da população passou, no mesmo período, de 17,4% para 14,9% e para 12,9%. Estes dados só fizeram piorar nos últimos anos.

No campo, estamos em plena lei da selva ou, o que é a mesma coisa, na vigência da lei do mais forte: em 23 anos, de 1961 a 1984, foram assassinados 1017 trabalhadores rurais. A quase metade destas mortes ocorreu a partir de 1985 (458). O que é mais grave é a convivência da polícia e das autoridades governamentais com estes assassinatos. Por outro lado, constata-se ainda no Brasil a existência do trabalho escravo: trabalhadores rurais empregados durante vários meses sem poder sair e que muitas vezes são mortos quando tentam fugir. A Comissão Pastoral da Terra da região Araguaia-Tocantins levantou que, entre 1984 e 1987, houve prática de trabalho escravo em 24 imóveis (fazendas) desta região envolvendo cer-

ca de 2300 trabalhadores, sendo que nos últimos 8 anos houve pelo menos 41 assassinatos.

A dívida externa continua sangrando o nosso país: em 1988, só do serviço da dívida o Brasil pagou 17 bilhões de dólares, o que daria para construir 7,7 milhões de casas populares suficientes para 38 milhões de pessoas. Para evidenciar o quanto isto é grave basta saber que o Brasil é o 50. maior produtor mundial de alimentos; no entanto dois terços de nossa população é subnutrida. Os alimentos são exportados, a fim de pagar a nossa dívida: não são utilizados para matar a fome dos brasileiros.

O que estes dados nos mostram é que o principal direito que está sendo negado ao povo brasileiro é o direito à vida. Temos de lutar para garantir o direito de viver da maioria do nosso povo: "direito de viver como gente" e não como animal ou como escravo.

Esta situação não existe por acaso: há setores que se beneficiam da pobreza e da miséria. Os mais ricos: os grandes banqueiros, os grandes empresários, industriais, os grandes proprietários de terra, estes setores sociais não têm interesse em mudar este quadro. O Estado brasileiro é um Estado que vive de recursos públicos (os impostos pagos pela população), mas que os utiliza a serviço de grupos privados, a serviço destes setores. Estado este caracterizado por deixar na impunidade a utilização de recursos públicos em proveito próprio (corrupção) e os crimes cometidos contra trabalhadores (os assassinatos no campo). Para estes setores sociais não interessa o fim da inflação eles ganham com ela - não interessa que o Estado seja realmente público - que os recursos públicos sejam destinados ao serviço do público, que o poder judiciário faça efetivamente justiça. Interesses estes a continuação da situação atual.

Apesar deste quadro social extremamente negativo para a grande maioria da população, é preciso reconhecer que algo de novo está ocorrendo: os setores populares não se deixam mais massacrar sem reagir. Nos últimos quinze anos vem crescendo de to-

dos os lados a mobilização da sociedade civil. De norte a sul do país surgem movimentos populares exigindo, defendendo seus direitos, reivindicando, se organizando. Negros, mulheres, seringueiros, favelados, posseiros, botafrias, operários, estudantes, sem-terra, bancários, funcionários públicos, se mobilizam em favor de suas reivindicações. Não é mais um povo desorganizado, disperso, fácil de ser dominado e explorado: a cada momento novos sujeitos sociais se constituem em torno de um objetivo comum a garantir. Lutam para defender o que já conseguiram, mas também para conquistar novos direitos. Os direitos sociais e políticos reconhecidos pela Constituição de 1988 foram conquistados por esta mobilização da sociedade civil.

No Brasil, os direitos humanos foram a arma da resistência da sociedade civil contra a opressão da ditadura: contra a tortura, pelo direito de defesa, pela liberdade de expressão, de reunião, de organização, pela democracia, pela anistia aos perseguidos políticos;

contra o arrocho salarial, pelo direito de organização dos trabalhadores, pelo direito de greve. Hoje trata-se de lutar pela plena cidadania dos trabalhadores, pelo cumprimento da Constituição "o que implica na votação das leis complementares e na regulamentação de várias leis já aprovadas. Trata-se especialmente, neste momento, de utilizar este direito que reconquistamos depois de 27 anos - o direito de eleger diretamente o presidente da República" para colocar o Estado a serviço da sociedade, isto é, desprivatizá-lo. É preciso que as verbas públicas deixem de favorecer uma pequena elite particular, para servir ao bem de todo o povo, particularmente dos mais pobres. Qualquer que seja o resultado destas eleições, será preciso continuar a lutar para que os dois terços que hoje são excluídos dos benefícios sociais possam não apenas participar deles mas possam também aceder ao nível de decisão política, do qual sempre foram marginalizados.

IVO LESPAUPIN

O importante não é ser violento de vez em quando, mas sim firme o tempo todo, na defesa da justiça e construção de uma nova sociedade.

II Encontro Latino-Americano de mulheres

Realizou-se em Antofagasta, norte do Chile, de 29 de outubro a 14 de novembro de 1988, o 2º Encontro Latino-Americano de Mulheres, promovido pelo SERPAJ-AL. Estiveram presentes representantes do Brasil, Chile, Paraguai, Panamá, Equador, Bolívia, México, uma representante do SERPAJ-Europa (Austria) e uma representante do SERPAJ-AL perante o ONU.

Neste encontro, analisamos, refletimos, avaliamos e questionamos, qual o nosso compromisso com a mulher pobre, marginalizada e oprimida. Tentamos reagitar a história das mulheres da AL e suas propostas para a construção de uma nova sociedade. Dentro deste tema, escolhemos 5 experiências que, para nós, foram mais significativas. São elas:

- * mulher indígena e sem-terra (Equador)
- * mulher e ditadura militar (Chile)
- * a luta da mulher indígena "Xuna Naga" (Panamá)
- * o exodo rural na população indígena "Machua" e consequente perda dos seus valores culturais (México)
- * escolhemos ainda uma experiência que é comum a todos os países, ou seja, a situação da empregada doméstica. Neste tema analisamos o contexto histórico de cada experiência, qual o método utilizado e quais foram os valores novos obtidos para a construção de uma sociedade alternativa.

Estamos próxima a data dos 500 anos de resistência, analisamos, a partir de uma mesa redonda, quais são as propostas da mulher negra e indígena a nível religioso, político, cultural e social para uma sociedade alternativa, analisamos o contexto histórico de opressão da mulher negra e indígena, bem como de seus povos. Constatamos que, durante muito tempo, estes dois povos foram oprimidos e continuam sendo até nossos dias. Para opressão fez com que estes povos descobrissem métodos de resistência, principalmente as mulheres que eram e são até hoje desvalorizadas em três estágios: por serem mulheres, por serem negras ou índias e

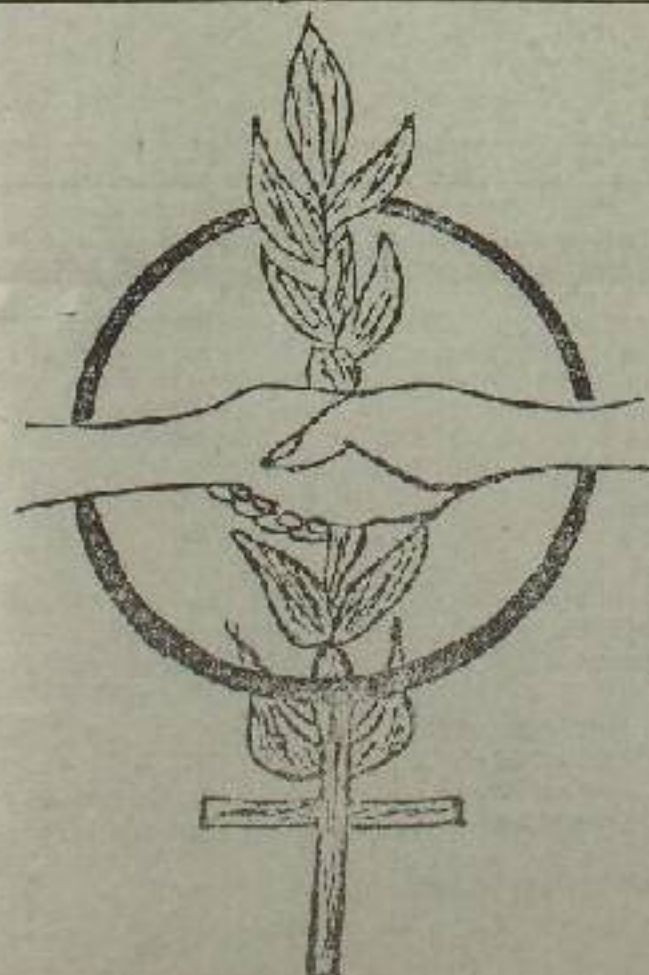
por serem pobres. A partir desta resistência, homens e mulheres, negros (as) e índios(as), foram chamados a nós, homens e mulheres brancos, que é necessário um respeito em todos os níveis (político, social, psicológico, cultural, educacional, etc) a estes dois povos. É necessário que ocorra o envolvimento de toda a sociedade na luta do povo negro contra o racismo e na luta do povo indígena no resgate e respeito de sua cultura, bem como na demarcação de suas terras.

Como mulheres integrantes dos SERPAJs de diversos países, analisamos questionamos e avaliamos, quais as nossas propostas como mulheres na construção da paz com justiça. Procuramos ver onde estamos, para que lado apontamos e que tipo de vida estamos gerando a partir da não-violência. Avaliamos-nos e sentimos que, muitas vezes, somos tímidas quando precisamos assumir uma posição de decisão, falta-nos maior segurança e confiança em nossa capacidade. Existe também uma falta de clareza sobre qual é nossa proposta específica como mulher dentro de cada SERPAJ. Descrevimos e acreditamos cada vez mais, que o único caminho para recuperarmos os valores do amor, da verdade, do respeito à vida e da solidariedade, é a Não-Violência. Sabemos, também, que a partir da recuperação destes valores, estaremos participando da construção de uma sociedade alternativa.

Pois bem, mulher, mulher militante do SERPAJ, simpaticizante do SERPAJ, ou seja, quem quer que você more, trabalhe, ou milita, seja forte, consciente, se organize e junte, com nossas companheiras, vamos continuar a caminhada da conquista por esta nova sociedade.

OBS: em breve, os grupos do SERPAJ-Brasil estarão recebendo relatório mais detalhado e mais material sobre o encontro.

Marta Helena Krause
Militante do SERPAJ-Brasil no núcleo de São Leopoldo - RS.



SERPAJ NO BRASIL

Éis uma demonstração visual sobre a localização dos grupos (ativos e em formação) do SERPAJ-BRASIL.

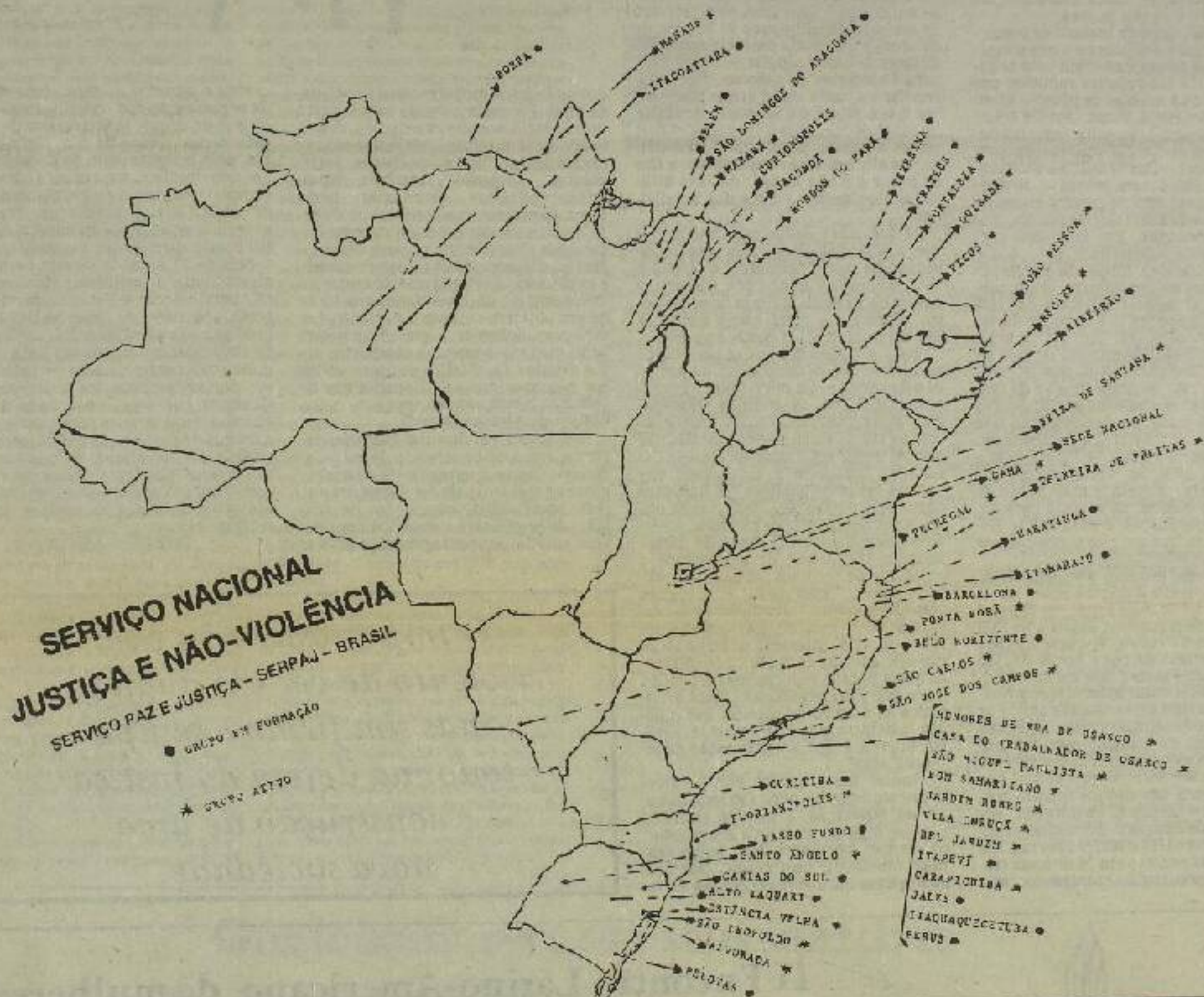
A partir dos próximos números do boletim JUSTIÇA E NÃO-VIOLENCIA, iremos publicar artigos sobre a situação de cada um destes grupos; número de militantes, características próprias da realidade em que estão inseridos, suas lutas concretas e as vitórias já conseguidas.

Esperamos fazer um retrato fiel de cada grupo. Esses grupos e regionais de nossa entidade estão convidados desde já, a enviar dados concretos de suas lutas. Temos, a partir dos contatos do Conselho Nacional e liberados, alguns dados conosco. O organograma de publicação de artigos é o seguinte:
Boletim nº 15 (ref.março/abril) - Regional Norte;
Boletim nº 16 (ref.mai/junho) - Regionais Nordeste I, II e III;

Boletim nº 17 (ref.julho/agosto) - Estadual São Paulo;

Boletim nº 18 (ref.setembro/outubro) - Regional Sul.

Estimulamos a todos para que possam, dentro de suas possibilidades e realidade, ampliar mais ainda o número destes grupos do SERPAJ. Convide algumas pessoas simpatizantes com a Não-Violência Ativa e inicie um trabalho concreto de transformação social a partir desse método e mística.



**Leia
Assine e
Divulgue**

**Justiça e
Não-Violência**

Quero receber o Boletim do Serviço Nacional Justiça e Não-Violência.

Nome:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

País:

Nº cheque ou vale postal:

Assinatura:

Data:

☐ NC\$ 60,00 - assinatura particular

☐ NC\$ 50,00 - assinatura entidade

☐ US\$ 10,00 - assinatura exterior

☐ Assinatura Nova

☐ Renovação

☐ Permuta

Campanha de assinaturas:

Faça três assinaturas e ganhe uma de presente.

Faça dez assinaturas e ganhe uma camiseta do SERPAJ-BRASIL.

A assinatura do Boletim equivale a um ano. Para assinar, basta enviar o

cupom acima devidamente preenchido e o pagamento correspondente para:

Marco Antônio Gonçalves (Redator responsável)

Rua dos Farrapos, 40

Bairro Guarani

95080 - Caxias do Sul - RS